



ESSPC

GUIA ORIENTADOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

*iguais na diferença
mas muito especiais*

Conteúdo

INTRODUÇÃO	3
Definição de Educação Especial	3
PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL (PEI)	4
MEDIDAS EDUCATIVAS	5
Apoio Pedagógico Personalizado (APP)	6
Adequações Curriculares Individuais (ACI)	7
Adequações no Processo de Matrícula (APM)	8
Adequações no Processo de Avaliação (APA)	8
Currículo Específico Individual (CEI)	9
Tecnologias de Apoio (TA)	10
PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO (PIT)	10
EQUIPA DE AVALIAÇÃO ESPECIALIZADA	11
Crítérios de Elegibilidade para a Educação Especial	11
PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO	12
O que é a Referenciação?	12
Quem Pode Pedir?	12
A Quem é Pedida?	12
Como é Formalizada a Referenciação?	12
Processo de Avaliação.	12
ESQUEMA - RESUMO	14
PROCEDIMENTOS	14
Conselhos de Turma	15
Avaliação	15
Terminologia de Classificação Sumativa para Todos os Alunos Abrangidos pelo Decreto-Lei 3/2008	16
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO	16
Retenção Repetida	16
Legislação de Referência	17
Documentos de Educação Especial	17

SIGLAS/ACRÓNIMOS

NEE – Necessidades Educativas Especiais

EE – Educação Especial

PEI – Programa Educativo Individual

CEI – Currículo Específico Individual

APP – Apoio Pedagógico Personalizado

ACI – Adequações Curriculares Individuais

APA – Adequações no Processo de Avaliação

APM – Adequações no Processo de Matrícula

TA – Tecnologias de apoio

PIT – Plano Individual de Transição

RC – Relatório Circunstanciado

INTRODUÇÃO

O grupo de Educação Especial considerou importante elaborar um guia orientador com o objetivo de facilitar a leitura do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro bem como a sua compreensão e aplicação.

Este guia orientador dá a conhecer os procedimentos a adotar no âmbito da referenciação, da avaliação e da implementação das medidas educativas previstas no Decreto-Lei 3/2008 com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 21/2008 de 12 de maio e pretende esclarecer toda a comunidade escolar sobre a aplicação das medidas educativas e uniformizar procedimentos, enquadrando-os na dinâmica organizacional da escola.

Definição de Educação Especial

A Educação Especial diz respeito um conjunto de recursos específicos, metodologias de ensino, currículos adaptados, apoio de materiais ou de serviços de pessoal docente especializado, que pretende adequar as respostas educativas às necessidades dos alunos e promover o acesso e o sucesso dos alunos elegíveis para a Educação Especial.¹

A Educação Especial tem por objetivo a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida pós-escolar ou profissional.²

Assim, a Educação Especial pretende criar condições para adequar o processo educativo aos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente (ex.: alterações sensoriais (cegueira ou surdez, autismo, paralisia cerebral, síndrome de Down, entre outros).

O trabalho colaborativo com toda a comunidade educativa, (direção; diretores de turma; docentes responsáveis por grupo/turma; docentes da disciplina; pais/encarregados de educação; assistentes operacionais; terapeutas e recursos da comunidade) possibilita uma maior qualidade e eficiência no que diz respeito às respostas a desenvolver para os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) de carácter permanente.

¹ <http://educacaoespecial9.webnode.pt/>.

² Art.º 1.º, alínea 2, Decreto-Lei n.º21/2008 de 12 de maio

PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL (PEI)

O PEI *é um documento formal que garante o direito à equidade educativa dos alunos com NEE de caráter permanente*, desenhado para responder à especificidade das suas necessidades.

Constitui um documento da maior importância para os alunos, bem como para todos os intervenientes neste processo educativo.

Descreve o perfil de funcionalidade do aluno por referência à CIF-CJ e estabelece as respostas educativas específicas requeridas por cada aluno em particular.

Responsabiliza a escola, os encarregados de educação e outras entidades em parceria pela implementação de medidas educativas promotoras da aprendizagem e da participação destes alunos.

Este documento deve ser regularmente revisto e reformulado, uma vez que se fundamenta numa avaliação compreensiva e integrada do funcionamento do aluno, passível de sofrer alterações.

Não é:

- um plano diário de aula ou de trabalho;
- apenas uma lista de estratégias de ensino/aprendizagem a desenvolver na sala de aula;
- uma declaração de intenções.

Este documento é elaborado, **conjunta e obrigatoriamente, pelo diretor de turma, pelo docente de educação especial e pelo encarregado de educação.**

Sempre que se considere necessário, poderá ser solicitada a participação de outros elementos do departamento de educação especial, serviços técnico-pedagógicos de apoio ao aluno, centros de saúde e hospitalares, centros de recursos especializados, escolas de referência para alunos surdos, cegos e baixa visão ou ainda unidades que desenvolvam respostas específicas diferenciadas para alunos com perturbações do espectro do autismo ou com multideficiência.

Para que este documento possa ser implementado tem necessariamente que:

- Ser aprovado por deliberação do conselho pedagógico e homologado pela direção.
- Existir uma autorização expressa dos encarregados de educação, consubstanciada no próprio documento.

O modelo de PEI a usar em cada escola deve ser aprovado por deliberação do conselho pedagógico.

O Coordenador do PEI é o diretor de turma a quem esteja atribuída a turma que o aluno integra.

A avaliação dos resultados obtidos pelo aluno com a aplicação das medidas educativas no PEI, tem, obrigatoriamente, de ser realizada em cada um dos momentos de avaliação sumativa interna na escola e é consubstanciada num relatório circunstanciado (RC) no final do ano letivo.

MEDIDAS EDUCATIVAS

A **adequação do processo de ensino e de aprendizagem** tem por objetivo facilitar o acesso ao currículo, à participação social e à vida autónoma dos alunos com NEE de carácter permanente.

A adequação do processo de ensino e de aprendizagem pressupõe uma abordagem assente nos princípios da **diferenciação pedagógica e da flexibilidade curricular**:

- áreas curriculares e disciplinas;
- objetivos;
- conteúdos;
- metodologias;
- modalidades de avaliação e outros elementos de acesso ao currículo como a organização e gestão dos espaços, do tempo, dos recursos humanos, materiais e financeiros.

Os alunos, pelo seu perfil de funcionalidade, podem beneficiar, no âmbito do decreto-Lei 3/2008, de:

- Apoio pedagógico personalizado (artº 17º);
- Adequações curriculares individuais (artº 18º);
- Adequações no processo de matrícula (artº 19º);
- Adequações no processo de avaliação (artº 20º);
- Currículo específico individual (artº 21º);
- Tecnologias de apoio (artº 22º).

Apoio Pedagógico Personalizado (APP)

Medidas Educativas Especiais DL nº 3/2008, de 7 de janeiro	Professor titular de grupo/turma/Diretor de turma/ Conselho de turma	Educação Especial
<p>Artº 17º, alínea a) Apoio Pedagógico Personalizado</p> <p>Consiste:</p> <p>a) Reforço das estratégias utilizadas no grupo/turma, ao nível da organização do espaço e das atividades;</p> <p>b) Estímulo e o reforço de determinadas competências e aptidões necessárias à aprendizagem;</p> <p>c) Antecipação e o reforço da aprendizagem de conteúdos lecionados no âmbito do grupo ou turma;</p> <p>d) Reforço e desenvolvimento de competências específicas.</p> <p>Esta medida apenas requer a intervenção direta do docente de educação especial, quando, no PEI do aluno, se preveja a necessidade de realizar atividades que se destinam ao reforço e desenvolvimento de competências específicas, não passíveis de serem realizadas pelo docente responsável pelo grupo, turma ou disciplina.</p>	<p>Profissionais intervenientes</p> <p>O apoio definido nas alíneas a), b) e c) é prestado pelo professor da disciplina</p> <p>O apoio definido na alínea d) é prestado consoante a gravidade da situação e a especificidade das competências a desenvolver pelo professor de educação especial e/ou de disciplina</p>	<p>Colaborar com os DT's, professores, Pais/Encarregados de Educação e outros elementos da comunidade.</p> <p>Participar no processo de avaliação dos alunos</p> <p>Professor de educação especial As competências específicas são desenvolvidas no âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> - da aprendizagem do Braille; - da orientação e mobilidade; - do treino de visão; - da leitura e escrita para alunos surdos; - da comunicação aumentativa e alternativa; - da reeducação da leitura e da escrita; - o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social; atividades de cariz funcional (ex: utilizar o cartão da escola nas diferentes situações, utilizar os serviços de forma autónoma, aceder aos serviços da comunidade envolvente. <p>Intervir diretamente com o aluno na realização das atividades que se destinam ao reforço de competências específicas.</p>

Adequações Curriculares Individuais (ACI)

As adequações curriculares individuais traduzem-se em **adequações de âmbito curricular**, que **não ponham em causa o currículo comum** no ensino básico e as/os metas/objetivos essenciais das disciplinas no Secundário.

Medidas Educativas Especiais DL nº 3/2008, de 7 de janeiro	Professor titular de turma/Diretor de turma/ Conselho de turma	Educação Especial
<p>Artº 18º, alínea b) Adequações curriculares individuais</p> <p>Consistem:</p> <ul style="list-style-type: none">- Introdução de disciplinas ou áreas curriculares específicas (Língua gestual portuguesa, Português segunda língua, para alunos surdos (LP2), leitura e escrita em Braille, orientação e mobilidade, treino de visão, atividade motora adaptada, sistemas de comunicação aumentativa e alternativa; tecnologias de apoio, entre outras;- Introdução de objetivos e conteúdos intermédios, nas disciplinas curriculares e não curriculares, previstas, em função das competências terminais de ciclo ou curso, das características de aprendizagem e dificuldades específicas dos alunos;- Dispensa das atividades sempre que o nível de funcionalidade dificulte acentuadamente, ou impossibilite, a sua execução e as tecnologias de apoio não forem suficientes para permitir a sua execução.	<p>As adequações curriculares individuais, partindo de objetivos menos ambiciosos, devem definir claramente:</p> <ul style="list-style-type: none">- os conteúdos a trabalhar;- os objetivos específicos;- as estratégias /atividades diversificadas;- o material pedagógico adequado;- os tempos de aprendizagem. <p>A introdução de objetivos e conteúdos intermédios exigem um maior esforço por parte do aluno, mais tempo para a aquisição dos conteúdos e objetivos de final ciclo e maior apoio escolar e familiar.</p>	<p>A introdução de objetivos e conteúdos intermédios são definidos pelos docentes da disciplina, turma podendo constituir um anexo ao PEI.</p> <p>Ao docente de Educação especial compete:</p> <ul style="list-style-type: none">- Colaborar na elaboração das adequações. <p>Intervir diretamente com o aluno na realização das atividades que se destinam ao reforço de competências específicas.</p>

Adequações no Processo de Matrícula (APM)

Medidas Educativas Especiais DL nº 3/2008, de 7 de janeiro	Professor titular de turma/Diretor de turma/ Conselho de turma	Educação Especial
Artº 19º, alínea c) Adequações no processo de matrícula Esta medida determina que os alunos possam: <ul style="list-style-type: none">• frequentar o jardim-de-infância ou escola independentemente da sua área de residência;• frequentar unidades e escolas de referência fora da área de residência;• usufruir de um pedido de adiamento de matrícula na entrada para o 1º ano do ensino básico;• no 2º e 3º ciclo, e secundário a matrícula ser feita por disciplinas; desde que não seja alterada a sequencialidade do regime educativo comum, apenas se aplica na transição do pré-escolar para o 1º Ciclo do ensino Básico.		

Adequações no Processo de Avaliação (APA)

Para os alunos com APA, a avaliação segue as normas definidas para os diferentes níveis e anos de escolaridade. No entanto, os alunos podem usufruir de adequações:

Medidas Educativas Especiais DL nº 3/2008, de 7 de janeiro	Professor titular de turma/Diretor de turma/ Conselho de turma	Educação Especial
Artº 20º, alínea d) Adequações no processo de avaliação Esta medida determina que os alunos possam usufruir de alterações ao nível de: <ul style="list-style-type: none">▪ tipo de prova e instrumentos de avaliação diversificados;▪ modalidade(s) de avaliação a valorizar▪ condições de avaliação (formas e meios de comunicação, periodicidade, duração e local da mesma. O PEI deve espelhar o tipo de adequações a efetuar no processo de avaliação dos alunos com NEE.		

Currículo Específico Individual (CEI)

O CEI é uma medida educativa que prevê alterações significativas no currículo comum, fazendo com que os alunos a quem foi aplicado, não possam prosseguir estudos de nível académico. No final do ciclo de estudos, os alunos obtêm meramente uma certificação de frequência.

É o nível de funcionalidade do aluno que determina o tipo de modificações a realizar no currículo e deverá dar resposta às necessidades mais específicas daquele. Este tipo de currículos assenta numa perspetiva curricular funcional e tem por objetivo facilitar o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e de autonomia, aspetos fundamentais à sua participação numa variedade de contextos de vida.

Estas alterações podem traduzir-se:

- na priorização de áreas curriculares ou determinados conteúdos em detrimento de outros;
- na eliminação de objetivos e conteúdos;
- na introdução de conteúdos e objetivos complementares referentes a aspetos bastante específicos (comunicação não verbal; utilização de tecnologias de apoio no âmbito da comunicação, mobilidade e acessibilidade);
- na eliminação de áreas curriculares.

Nestes currículos devemos ter presente que:

- a perspetiva é funcional e as atividades propostas devem ser úteis para a vida presente e futura (pós-escolar) do aluno;
- a seleção das competências a desenvolver devem ter como critério a sua aplicabilidade nos diferentes contextos de vida do aluno;
- a aprendizagem das competências definidas deve ser, sempre que possível, realizada nos contextos reais, por forma a dar-lhes significado;
- as atividades devem estar relacionadas, sempre que possível, com a idade cronológica e interesses do aluno.

Os alunos com CEI não estão sujeitos às matrizes curriculares definidas para os restantes alunos. Podem usufruir de disciplinas com conteúdos programáticos, objetivos gerais, objetivos específicos e desenvolver atividades que se afastam do currículo comum, denominadas **disciplinas não curriculares**, que melhor se adequem ao seu perfil de funcionalidade.

Pelas suas implicações, tanto ao nível do tipo de aprendizagens como da certificação, a opção por este tipo de currículo deve ser **muito bem ponderada**, exigindo uma avaliação rigorosa, competindo ao Órgão de Gestão e Departamento da Educação Especial orientar e assegurar o seu desenvolvimento.

Tecnologias de Apoio (TA)

Medidas Educativas Especiais DL nº 3/2008, de 7 de janeiro	Professor titular de grupo/turma/Diretor de turma/ Conselho de turma	Educação Especial
Artº 22º, alínea f) Tecnologias de apoio		
<p>As tecnologias de apoio consistem num conjunto de dispositivos e equipamentos cujo objetivo é o de compensar uma limitação funcional e facilitar um modo de vida independente. Constituem um elemento facilitador do desempenho e participação do aluno nas atividades em diferentes domínios (aprendizagem, vida social e profissional.</p> <p>Podem ser utilizadas em áreas tão diferentes como:</p> <ul style="list-style-type: none">• cuidados pessoais e higiene;• mobilidade;• adaptações para mobiliário e espaço físico;• comunicação, informação e sinalização;• recreação.		

As medidas educativas previstas no PEI podem ser cumulativas, excetuando as medidas - Adequações Curriculares Individuais e Currículo Específico Individual.

De acordo com Despacho Normativo n.º 7-B/2015 (art.º 18º, ponto 2) e o Despacho Normativo n.º 1-H/2016 (art.º 18º, ponto 3), os alunos com necessidades educativas especiais podem usufruir de adequações na constituição de turma (máximo 20 alunos) e 2 alunos com NEE por turma, desde que expressa essa necessidade no PEI ou no RC.

PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO (PIT)

O PIT aplica-se a alunos que apresentem NEE de carácter permanente que os impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo comum, devendo a escola, três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória, complementar o PEI com um PIT.

A elaboração do PIT passa, numa primeira fase, por conhecer os desejos, interesses, aspirações e competências do jovem.

Na posse destes dados e para alunos com capacidade para exercer uma atividade profissional, deverá ser feito o levantamento das necessidades do mercado de trabalho na comunidade onde o jovem está inserido e procurar oportunidades de formação ou de experiências de trabalho em contexto real.

Inventariadas as possibilidades de formação ou estágios, devem ser identificadas as competências requeridas (competências académicas, pessoais e sociais).

Após este levantamento, devem ser estabelecidos protocolos com os serviços ou instituições onde o jovem vai realizar formação ou estágio, devendo definir-se as tarefas que vai desenvolver, as competências a adquirir e o suporte a disponibilizar, quando necessário, para a realização das tarefas.

Os instrumentos de certificação da escolaridade devem adequar-se às necessidades especiais dos alunos. Para este efeito devem ser seguidas as normas de emissão e utilizados os formulários legalmente fixados para o sistema de ensino.

EQUIPA DE AVALIAÇÃO ESPECIALIZADA

Critérios de Elegibilidade para a Educação Especial

São elegíveis para a educação especial os alunos que: *“apresentam limitações significativas ao nível das funções e estruturas do corpo, da atividade e participação, num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social”, (CIF- Organização Mundial de Saúde, 2002), resultantes de:*

- Anomalias cromossómicas;
- Perturbações neurológicas;
- Malformações congénitas;
- Doenças metabólicas;
- Défices sensoriais (baixa visão/cegueira ou surdez);
- Doença crónica grave;
- Desenvolvimento atípico com alterações na comunicação e relação;
- Perturbações graves da personalidade e emocionais.

Devem ainda ser objeto de avaliação especializada os alunos que apresentem um atraso significativo de desenvolvimento de **etiologia desconhecida**, abrangendo uma ou várias áreas (motora, física, cognitiva, linguagem e comunicação, emocional, social e adaptativa), validada por avaliação fundamentada, feita por profissional competente para o efeito.

PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

O que é a Referenciação?

O processo de referenciação consiste na comunicação/formalização de situações que possam indicar a existência de necessidades educativas especiais de carácter permanente, cujo perfil da criança ou do jovem se enquadre nos critérios estabelecidos. Num primeiro momento, devem ser indicados quais os problemas detetados devendo o documento espelhar o conjunto de preocupações relativas à criança ou ao jovem referenciada(o).

Quem Pode Pedir?

Sempre que a criança ou o jovem se enquadre no perfil descrito e necessite de uma resposta educativa especializada, a referenciação pode ser pedida por:

- Pais ou encarregados de educação;
- Equipa de Intervenção Precoce na Infância (IPI);
- Docentes ou Diretores de turma;
- Serviços de Saúde;
- Serviços de Segurança Social;
- Serviços de Educação;
- Outros.

Nota: Para se proceder à referenciação e dar início ao processo de avaliação, a família ou o encarregado de educação deve obrigatoriamente que autorizar o início deste processo.

A Quem é Pedida?

O pedido de referenciação é feito ao Órgão de Gestão da Escola.

Como é Formalizada a Referenciação?

O pedido da referenciação é feito através do preenchimento de um formulário, com toda a documentação anexa que se considere importante para o processo de avaliação (relatórios médicos/psicológicos, relatórios pedagógicos, fichas de avaliação, produções do aluno e outros e com a autorização expressa da família/do encarregado de educação.

Após organização de todo este processo, o diretor de turma, o encarregado de educação ou outro serviço, deve obrigatoriamente dar entrada do mesmo nos Serviços Administrativos da escola, competindo à Direção desencadear os procedimentos necessários que levarão à tomada de decisão no âmbito do processo de avaliação.

Processo de Avaliação.

Compete à Equipa de Avaliação Especializada:

- Analisar toda a informação;
- Se necessário, recolher mais informação;
- Verificar se o aluno apresenta ou não necessidades educativas especiais de carácter permanente;

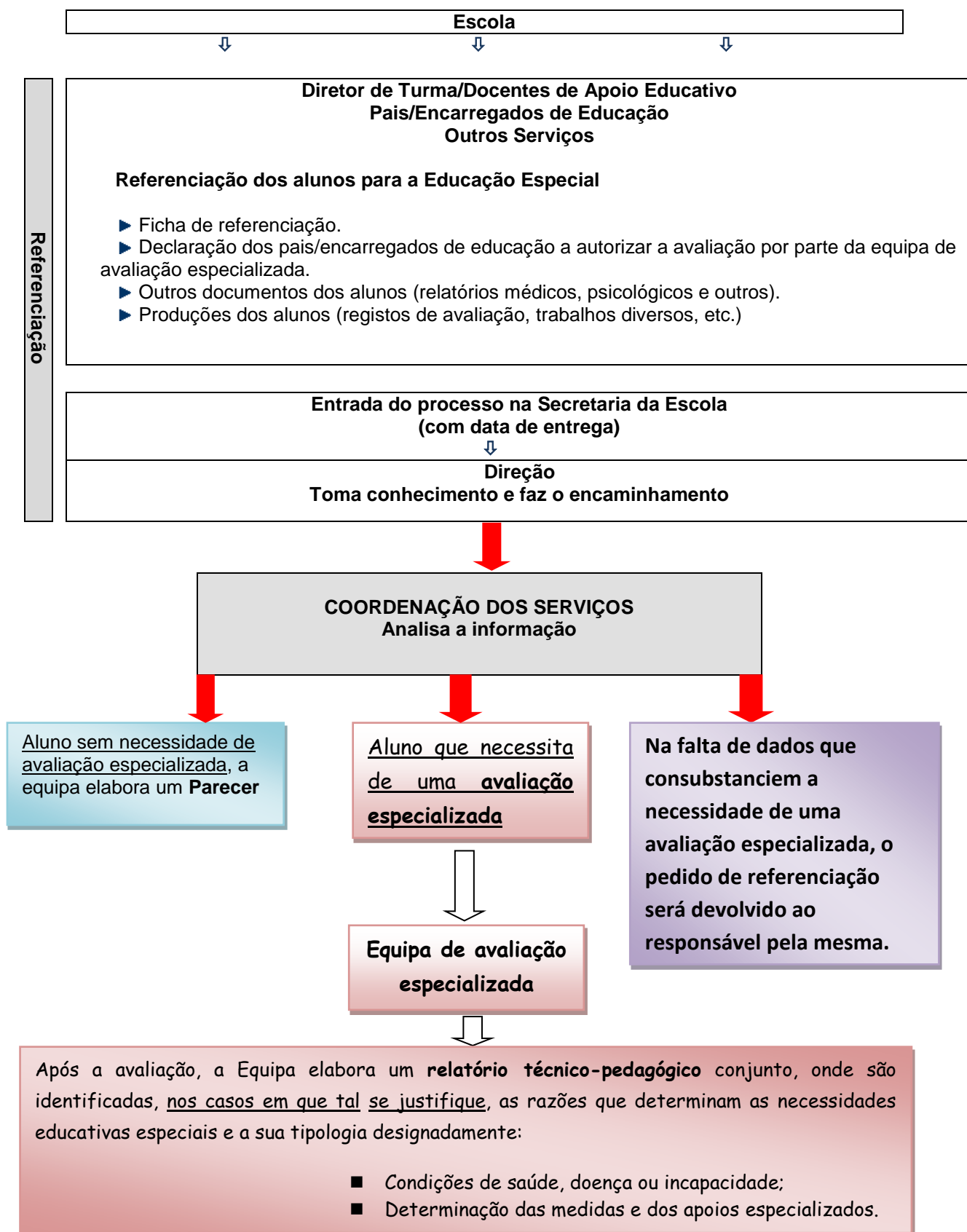
Se o aluno não necessita de respostas educativas no âmbito da educação especial e não se verificou a necessidade de se efetuar uma avaliação por referência à CIF-CJ, elabora-se um

parecer e procede-se ao encaminhamento para outros apoios disponibilizados pela escola que melhor se adequem à situação;

- Verificar se a situação exige uma avaliação especializada por referência à CIF-CJ;
Se a equipa proceder a uma avaliação por referência à CIF-CJ, elabora-se o Relatório Técnico-Pedagógico.

Posteriormente, se o aluno necessitar de respostas educativas no âmbito da Educação Especial, elabora-se o PEI.

PERCURSO DE REFERENCIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL



Conselhos de Turma

A participação dos docentes de educação especial nos conselhos de turma no 3º ciclo e Secundário não é obrigatória podendo os docentes ser convocados para estas reuniões sempre que se considere pertinente a sua presença. A sua participação nestes conselhos terminará após a análise dos casos especiais.

A participação dos docentes de educação especial nos conselhos de turma **é obrigatória nas reuniões de avaliação sumativa.**

Os alunos abrangidos pela medida CEI não estão sujeitos à avaliação intercalar, salvo quando tal estiver expresso no seu PEI, não sendo, assim, necessária a presença do docente de educação especial nestes conselhos de turma.

Avaliação

Os critérios de avaliação dos alunos abrangidos pela Educação Especial encontram-se definidos em documento próprio, aprovado em Conselho Pedagógico.

A avaliação dos alunos abrangidos pelas medidas previstas no Decreto-Lei 3/2008, tem por base o definido no Programa Educativo Individual (PEI) de cada aluno e o previsto no Despacho Normativo nº 1-F/2016, de 5 de abril.

O processo de avaliação dos alunos com NEE, tem como finalidade:

- Responder ao perfil de funcionalidade de cada aluno;
- Desenvolver capacidades em todas as áreas curriculares e não curriculares ou de enriquecimento curricular definidas no PEI;
- Desenvolver capacidades em todas as áreas de desenvolvimento;
- A conclusão da escolaridade obrigatória.
- Desenvolver capacidades funcionais nas áreas de Português e Matemática (alunos com CEI);
- Desenvolver capacidades tendo em vista a transição para a vida pós-escolar (alunos com CEI);
- Desenvolver atitudes, comportamentos e autonomia, visando o desenvolvimento individual com reflexos positivos na sociedade (alunos com CEI).

A avaliação a atribuir a cada aluno depende dos resultados obtidos ao longo do ano letivo, tendo por base o definido no PEI, e resultam de um trabalho colaborativo entre o docente de educação especial, o diretor de turma e os docentes das restantes disciplinas.

Os fatores de ponderação a discutir em conselho de turma, e cuja decisão é sempre justificada em ata, deverão assentar no desenvolvimento das metas e objetivos gerais, tendo sempre em linha de conta o previsto no PEI de cada aluno.

Os critérios de avaliação são definidos de acordo com as medidas educativas a que o aluno está sujeito sendo que:

- Os alunos com a medida **Adequações no Processo de Avaliação** são avaliados nos termos definidos no PEI.
- A avaliação dos alunos com a medida CEI, **não está sujeita ao regime de avaliação do currículo comum.**

Para estes alunos, nas disciplinas curriculares e não curriculares, a avaliação é efetuada face aos critérios definidos para o CEI, isto é:

- 20% aquisições académicas funcionais;
- 80% atitudes e comportamentos.

Terminologia de Classificação Sumativa para Todos os Alunos Abrangidos pelo Decreto-Lei 3/2008

No 3º Ciclo, de acordo com as ponderações definidas a nível de escola, assume a seguinte classificação:

- **Quantitativa** - de 1 a 5 em todas as disciplinas
- **Qualitativa** - Não satisfaz, Satisfaz e Satisfaz Bem, nas áreas não curriculares.

No secundário, assume a seguinte classificação:

- **Quantitativa** - de 0 a 20 em todas as disciplinas
- **Qualitativa** - Não satisfaz, Satisfaz e Satisfaz Bem, nas áreas não curriculares.

Aos alunos abrangidos pela medida CEI, a informação resultante da avaliação expressa-se:

- **no 3º ciclo** – numa escala de 1 a 5 acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução da aprendizagem do aluno.
- **no secundário** – numa escala de 0 a 20 acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução da aprendizagem do aluno.

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

O relatório circunstanciado é um documento de balanço final onde se procede à avaliação das medidas previstas no PEI de cada aluno e tem que ser **obrigatoriamente homologado pelo Conselho Pedagógico**, no final do ano letivo.

Retenção Repetida

Os alunos abrangidos pelas medidas definidas no PEI não estão sujeitos aos procedimentos definidos para os restantes alunos.

Para os alunos com PEI, devem ser explicitadas nas atas das reuniões do 3º período e nos relatórios circunstanciados as razões que determinam a retenção repetida. Nestas situações o conselho de turma deverá refletir se as medidas previstas no PEI são as adequadas ao perfil do aluno e, caso se considere necessário proceder a alterações, deverá ser solicitada uma reavaliação à equipa de avaliação especializada.

Em casos pontuais ou mais complexos de proposta de dupla retenção, poderá ser solicitado ao Encarregado de Educação como ao Conselho Pedagógico que se pronunciem.

Legislação de Referência

- Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro;
- Lei nº 21/2008, de 12 de maio (primeira alteração, por apreciação parlamentar ao decreto-lei 3/2008);
- Despacho normativo nº 13/2014, de 15 de Setembro (princípios orientadores da organização, da gestão e do desenvolvimento dos currículos dos ensinos básico e secundário bem como da avaliação e certificação dos conhecimentos);
- Despacho conjunto nº 4-A/2016, 16 de junho (regula a componente letiva dos docentes de educação especial);
- Despacho normativo nº 7-B/2015, (define no art. 20º ponto 3, o máximo de 20 alunos por turma e dois alunos com NEE);
- Despacho normativo n.º1-H/2016 de 14 de abril (redução dependente de acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60% do tempo curricular)
- Despacho Normativo nº 1-F/2016, de 5 de abril (Regulamenta o regime de avaliação e certificação das aprendizagens desenvolvidas)
- Portaria nº 201-C/2015, de 10 de julho (regula o ensino de alunos com 15 ou mais anos de idade com CEI).

Documentos de Educação Especial

EE01 – Processo de Referenciação

EE02 – Relatório Técnico-Pedagógico

EE03 – Programa Educativo Individual

EE04 – Adequações no Processo de Avaliação

EE05 – Adequações Curriculares Individuais

EE06 – Grelha CEI

EE07 – Plano Individual de Transição

EE08 – Protocolo

EE09 – Avaliação da Implementação das Medidas Educativas

EE10 – Relatório Circunstanciado